



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE SUCUPIRA DO RIACHÃO
Rua São José, s/n - Centro – CEP: 65.668-000 - CNPJ: 03.018.837/0001-56

Parecer Jurídico nº 005/2023

Referência: Processo Administrativo nº 2000.19/2023/CPL
Dispensa de Licitação nº 15/2023

Solicitante: Letícia Pereira Oliveira

Ementa: “Contratação de prestação de serviços de instalação, carga de gás, manutenção preventiva e corretiva em aparelhos e ar-condicionados do Legislativo de Sucupira do Riachão/MA.”

I – RELATÓRIO

Por força do elencado no artigo 38, inciso VI, da lei 8.666/93 – Lei de Licitações, foi encaminhado a esta Assessoria Jurídica para análise e emissão de parecer, o procedimento licitatório, na modalidade Dispensa de Licitação nº 2000.19/2023, cujo objeto é Contratação de prestação de serviços de instalação, carga de gás, manutenção preventiva e corretiva em aparelhos e ar-condicionados do Legislativo de Sucupira do Riachão/MA, e a análise da viabilidade legal da contratação, nessa modalidade, de **ANTONIO ALBERTO DE SOUSA DA SILVA, inscrito no CPF sob o nº 018.486.793-27.**

Consta Despacho do setor competente, o qual informa quanto à previsão de despesa na programação orçamentária Exercício 2023, na forma seguinte: ORGÃO: 01 Poder Legislativo UNIDADE GESTORA: 0101 Câmara Municipal. PROJETO/ATIVIDADE: 01.031.0001.2002.0000 – Manutenção e Funcionamento da Câmara Municipal. CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA: 3.3.90.36-00 – Outros serviços de terceiros – Pessoa Física.

É o sucinto relatório.

Passo a análise jurídica.

II – ANÁLISE JURÍDICA

Em primeiro lugar, cumpre ressaltar que o Parecer Jurídico possui caráter meramente opinativo, não vinculando, regra geral, a decisão de atos e processos administrativos.



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE SUCUPIRA DO RIACHÃO
Rua São José, s/n - Centro - CEP: 65.668-000 - CNPJ: 03.018.837/0001-56

A lei determina que certos atos administrativos devem ser precedidos de parecer para sua prática, sendo esse o pressuposto/requisito do ato, fato que obriga o administrador a solicitá-lo por determinação legal, podendo, inclusive, agir em sentido contrário ao sugerido pelo prolator.

Dissertando a respeito Carvalho Filho (2016, p. 143) leciona que o parecer obrigatório “é emitido por determinação de órgão ativo ou de controle, em virtude de preceito normativo que prescreve a sua solicitação, como preliminar à emanção do ato que lhe é próprio”.

No mesmo sentido, Mello (2007, p.142) ensina que se está diante desta espécie de parecer quando sua consulta é obrigatória, apesar de não necessitar praticar o ato conforme a orientação emitida, ou seja, é imperativa a sua solicitação, mas o administrador não fica vinculado ao conteúdo conclusivo disposto.

Corroborando tal tese, o Conselho Federal da OAB editou a Súmula no 05 que tem a seguinte redação:

SÚMULA No 05/2012/COP:
ADVOGADO. DISPENSA OU INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO. CONTRATAÇÃO. PODER PÚBLICO. Não poderá ser responsabilizado, civil ou criminalmente, o advogado que, no regular exercício do seu mister, emite parecer técnico opinando sobre dispensa ou inexigibilidade de licitação para contratação pelo Poder Público, porquanto inviolável nos seus atos e manifestações no exercício profissional, nos termos do art. 2o, § 3o, da Lei n. 8.906/94 (Estatuto da Advocacia e da OAB).

Assim, reforça-se que o presente Parecer é meramente opinativo, não vinculando a decisão do administrador no presente caso. Feita esta ressalva, passemos à análise do pedido.

A exigência do procedimento licitatório está insculpida no artigo 37, XXI, da Carta Magna, “in verbis”:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)
[...]



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE SUCUPIRA DO RIACHÃO

Rua São José, s/n - Centro – CEP: 65.668-000 - CNPJ: 03.018.837/0001-56

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de

condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

[...]

A Lei 8.666/93 – Lei das Licitações, também regulamenta a matéria e, em seu artigo 24, inciso II, assevera o seguinte:

Art. 24. É dispensável a licitação:

[...]

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea a, do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez; (Redação dada pela Lei nº 9.648, de 1998)

[...]

Conforme se depreende dos autos do processo em tela, o valor a ser contratado é de R\$ 7.200,00 (sete mil e duzentos reais), inferior, portanto, ao limite legalmente previsto, nos termos do art. 1º, inciso I, alínea “b”, da Lei 14.065/2020.

Frise-se que, esta Assessoria Jurídica não teve acesso às certidões negativas e demais documentação das empresas contratadas, de forma que restou impossibilitada de opinar, sobre esse quesito, no presente parecer.

Dito isto, na presente situação, pode-se observar que todos os requisitos necessários à Dispensa de Licitação estão satisfeitos, estando, pois, a autoridade administrativa apta para decretá-la, não obstante esta assessoria não tenha tido acesso às certidões da referida empresa. Entretanto, dado o zelo da CPL e a lisura com que conduz os procedimentos licitatórios da Casa, presume-se, de boa-fé, estarem todas em dia.

III – CONCLUSÃO



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE SUCUPIRA DO RIACHÃO

Rua São José, s/n - Centro - CEP: 65.668-000 - CNPJ: 03.018.837/0001-56

Diante de todo o exposto, do ponto de vista da constitucionalidade, da juridicidade e da boa técnica legislativa, a contratação do objeto em análise, conforme disposto no art. 24, inciso X, da Lei 8.666/93, com o objetivo de atender ao interesse público, bem como estando com o preço compatível praticado no mercado.

No que tange as minutas que acompanham o presente procedimento, observa-se que todas estão em consonância com a legislação pertinente - Lei 8.666/93, atendendo aos requisitos por ela exigidos.

Isto posto, estando o presente processo formalmente em ordem, a Procuradoria Jurídica opina pela Dispensa de Licitação.

Sugere-se a Vossa Excelência que proceda à remessa desse parecer à Comissão de Licitação, para continuidade do processo licitatório, caso seja vosso entendimento. É o parecer.

Sucupira do Riachão/MA, 28 de junho de 2023

Nyelma Coelho Leite de Carvalho Noieto

Dra. Nyelma Coelho Leite de Carvalho Noieto

Procuradora Jurídica - OAB/PI nº 11.387 OAB/MA nº 17.571-A



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE SUCUPIRA DO RIACHÃO
Rua São José, s/n - Centro – CEP: 65.668-000 - CNPJ: 03.018.837/0001-56

TERMO DE DISPENSA

1. Processo Dispensa de Licitação nº 15/2023/CPL;
2. Objeto: Contratação de prestação de serviços de instalação, carga de gás, e manutenção preventiva e corretiva em aparelhos de ar condicionados do Legislativo de Sucupira do Riachão - MA;
3. Contratada: ANTONIO ALBERTO DE SOUSA DA SILVA;
4. Valor Contratual: R\$ 7.200,00 (sete mil e duzentos reais)

A Comissão Permanente de Licitação da Câmara Municipal de Sucupira do Riachão/MA, no uso de suas atribuições legais, vem manifestar-se no sentido da contratação referente ao processo a seguir discriminado, de acordo com o disposto na Lei Federal nº 8.666/93, em conformidade com Parecer da Assessoria Jurídica nos termos e razões abaixo apresentados:

I – Razão da Escolha:

Após avaliação da autoridade superior, considerando consulta realizada e toda a documentação anexada neste termo, principalmente com o Parecer da Assessoria Jurídica acostados, concluímos que ANTONIO ALBERTO DE SOUSA DA SILVA, inscrita no CPF sob o N° 018.486.793-27, apresenta as condições legais para a contratação direta, com DISPENSA de licitação para CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO, CARGA DE GÁS, E MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM APARELHOS DE AR CONDICIONADOS DO LEGISLATIVO DE SUCUPIRA DO RIACHÃO - MA;

Portanto, considerando a competência da pessoa que apresenta conduta exemplar e ilibada, conclui-se que ANTONIO ALBERTO DE SOUSA DA SILVA, é indiscutivelmente o mais adequado à plena satisfação do serviço contratado.

II - Justificativa do Preço:

O preço da contratação no valor global de R\$ 7.200,00 (sete mil e duzentos reais), se encontra dentro dos limites da moderação, com justo ônus para a administração, sendo compatível com os preços praticados na região, em relação ao campo de atuação e especialização dos serviços.



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE SUCUPIRA DO RIACHÃO

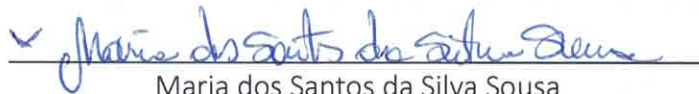
Rua São José, s/n - Centro - CEP: 65.668-000 - CNPJ: 03.018.837/0001-56

IV - CONCLUSÃO.

Diante de todo o exposto, considerando a razão da escolha e a justificativa do preço, com fundamento no artigo 24, inciso II da Lei Federal nº 8.666/93, opinou pela realização da contratação direta por meio de Dispensa de Licitação.

Encaminhe-se à autoridade superior para ratificação desta decisão.

Sucupira do Riachão - MA, 28 de junho de 2023



Maria dos Santos da Silva Sousa

Presidente CPL

Portaria nº 05/2023



Erick Ribeiro Lima

Membro CPL



Maria da Conceição Barbosa de Carvalho

Membro CPL